11:38 41%

Opinião do GLOBO

É preciso preparar o mundo para a próxima pandemia

Reunião da OMS em Genebra apresentará agenda para evitar repetir erros do combate à Covid-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) deverá se reunir no mês que vem em Genebra com o objetivo de formular um pacto global para que, na próxima pandemia, não se repitam os erros cometidos na última. O balanço da experiência mundial no enfrentamento da Covid-19 é negativo: falta de medicamentos e vacinas para todos, descoordenação entre países e atrasos contumazes, com um saldo oficial de 7 milhões de mortos (embora se saiba que o impacto do coronavírus tenha resultado em mais de 25 milhões de vidas perdidas).

Para fundamentar as discussões, a OMS mobilizou um grupo que, durante oito meses, auditou o comportamento dos países e da própria organização. Um resumo desse trabalho, publicado pelo jornal The Washington Post, registra que, apesar de anos de alerta sobre a ameaça inevitável de uma pandemia, não foram tomadas as medidas de precaução necessárias. O mundo não entrou em prontidão como deveria. "A preparação foi inconsistente e sem base. O sistema de alerta foi muito lento", afirma o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus.

As clínicas em Wuhan, cidade da China onde surgiram os primeiros casos da doença, foram rápidas em identificar uma pneumonia de origem desconhecida no final de dezembro de 2019. Mas, depois disso, a notificação formal à OMS demorou. Perdeu-se um tempo precioso. Se tivessem sido adotadas desde o início, medidas de isolamento poderiam ter evitado que a nova cepa de coronavírus se espalhasse.

Entre as propostas levadas a Genebra está a criação, pela OMS, de um novo sistema global de vigilância, usando modernas ferramentas digitais. A reunião também deverá deliberar sobre uma autorização para a OMS divulgar informações sobre riscos de pandemias sem aprovação prévia dos governos.

Um ponto central é o acesso rápido de cientistas ao material recolhido de pacientes e aos locais onde são apontados os primeiros casos de uma nova doença em qualquer país. A OMS pretende propor um acordo internacional para garantir que não se perca tempo em burocracias. "Doenças não respeitam fronteiras", diz o Post. "Reter informações põe todo o mundo em risco."

Quanto aos recursos, a ideia é criar um fundo global contra pandemias, constituído por doações proporcionais ao nível de desenvolvimento dos países. Esperam-se contribuições entre US$ 5 bilhões e US$ 10 bilhões por ano, de modo que, quando necessário, o fundo tenha recursos para desembolsar de US$ 50 bilhões a US$ 100 bilhões em apoio às emergências.

No campo do aprendizado positivo, é preciso registrar que as vacinas foram desenvolvidas em tempo recorde. Mas faltou distribuí-las de forma mais equânime. Daí a proposta de que a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a OMS tratem com produtores de imunizantes e seus países a cessão voluntária da tecnologia. Se não houver acordo num prazo de três meses, a proposta é abrir exceção com base na legislação sobre direito a propriedade intelectual, como no caso da quebra de patentes das drogas no combate ao HIV.

Os críticos da OMS afirmam que ela quer ser uma "polícia global da saúde pública". Mas a pandemia de Covid-19 foi uma prova irrefutável da necessidade de coordenação global no combate às novas doenças. Ideologia e política não deveriam prejudicar o entendimento entre países para combaterem juntos ameaças à espécie humana.

Além das falhas da Enel, apagões em SP expuseram limitações da Aneel

Falta de pessoal, pressão política e dificuldade na fiscalização deixam população refém das concessionárias

Não foi apenas a ineficiência da distribuidora Enel que ficou exposta nos apagões recentes que deixaram moradores de São Paulo sem luz por uma semana. O episódio também arranhou a imagem da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que teve de ser acionada pelo governo para instaurar um processo de investigação das causas das falhas no fornecimento de energia à Região Metropolitana.

A Aneel deveria ter agido no caso da Enel-SP há mais tempo. Não era preciso o governador Tarcísio de Freitas e o prefeito Ricardo Nunes terem defendido não renovar ou cassar a concessão da distribuidora nem o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, pressioná-la a agir. Desde o apagão de novembro do ano passado, que deixou às escuras 4 milhões — um quarto da clientela na capital paulista —, estava evidente a incapacidade da Enel-SP de sustentar o fornecimento de energia à maior cidade do país e de atender às reclamações em prazo aceitável.

Em fevereiro, a Aneel decidiu multar a Enel-SP em R$ 166 milhões. Só na semana passada, diante da pressão do novo apagão que afetou a região central de São Paulo, rejeitou o recurso da empresa, que ficará obrigada a pagar a multa. Mas desde 2018 as multas já somam mais de R$ 700 milhões — e isso pouco adiantou.

Em reunião de diretoria recente, o diretor da Aneel Ricardo Tili afirmou que a agência não tem mais estrutura para fiscalizar o setor elétrico. De acordo com ele, o quadro de pessoal é adequado a uma realidade de 25 anos atrás, quando a participação da iniciativa privada era menor. Levantamento da Controladoria Geral da União (CGU) constatou que apenas 0,5% dos recursos da agência foram destinados à fiscalização. Os funcionários caíram de 730 em 2014 para 558 neste ano.

Uma solução sugerida à diretoria da agência é abrir consulta pública sobre a descentralização dos serviços de fiscalização. Não é uma saída original. Desde que surgiu, a Aneel faz convênios com agências de estados para ajudá-la a fiscalizar as distribuidoras. A dificuldade, de acordo com técnicos do setor, é que na maior parte dos estados falta às agências locais a competência necessária para a tarefa.

A crise da Enel-SP pegou a Aneel num momento de conflitos internos, com a tentativa de interferência tanto das empresas quanto do Ministério de Minas e Energia. As administrações petistas nunca esconderam a intenção de esvaziar as agências reguladoras para recuperar a influência política do Executivo sobre setores da economia. Mas essas agências existem justamente para defender o interesse de consumidores e usuários dos serviços públicos. Por isso têm de ser blindadas contra lobistas, políticos e governos clientelistas. Precisam, também, contar com estrutura técnica capaz de agir a tempo para evitar prejuízos à população, como os causados pela Enel-SP. Sem capacidade de fiscalização e sem se guiar por critérios técnicos, o resultado é a sucessão de apagões que temos visto.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

FERNANDO GABEIRA

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
editoria.artigos@oglobo.com.br

A máquina mortal da IA em Gaza

Já se passaram seis meses de guerra na Faixa de Gaza, e há um perigo grande de esquecermos as mortes e sofrimento vividos no front, tomando-os como algo cotidiano, como a aurora e o crepúsculo. Novos dados podem reativar nossa atenção. A tão famosa e celebrada inteligência artificial (IA) aparece ali como o principal instrumento na liquidação em massa dos palestinos, mulheres e crianças, em primeiro lugar.

Essa participação da inteligência artificial foi denunciada pela revista +972 e pelo site Local Call, ambos de Israel. Repercutiu na imprensa do mundo inteiro, e por meio dela ficamos sabendo que essa máquina mortal foi idealizada há algum tempo. Ela aparece no livro "Equipe humano-máquina", de autoria de um homem que assina brigadeiro-general Y. S. O jornal L'Humanité afirma que, na realidade, o livro foi escrito por um chefe de serviço de inteligência de Israel.

O problema central que o texto procura enunciar é a concepção de uma máquina capaz de tratar uma quantidade maciça de dados e gerar alvos potenciais, no fogo da ação. A denúncia dos órgãos alternativos de Israel afirma que essa máquina existe, na forma de um programa chamado Lavender. Ele teve papel central nos bombardeios, e os resultados da devastação provocada são tratados como se fossem produto de decisões humanas.

Os alvos inicialmente eram os dirigentes do Hamas, mas se ampliaram para muitos palestinos que tinham participação secundária. Fala-se em 37 mil alvos, processados e definidos no ataque com espaços de 20 segundos. O Lavender resolvia o que o livro definia como ponto de estrangulamento da ação destrutiva, quando levada apenas pelo cérebro humano: encontrar alvos rapidamente e tomar a decisão de alvejá-los.

Regular a IA na sociedade já é muito difícil, quanto mais sua aplicação bélica, que foge completamente a nosso controle

Nesse momento em que se fala tanto de IA, e os grandes nomes do mundo tecnológico, como Elon Musk, são saudados aos gritos modernos de "Caramuru, Caramuru", é importante parar para pensar. Regular a IA na sociedade já é muito difícil, quanto mais sua aplicação bélica, que foge completamente a nosso controle.

Mas há perguntas pertinentes que podem ser levadas para a própria discussão sobre os limites da guerra. Uma delas é esta: é eticamente defensável que a máquina defina alvos e realize execuções em massa, sem passar pelo crivo humano?

Quando se discute tecnologia, o senso comum é que ela é apenas um instrumento para atingirmos nossos objetivos. Os mais pessimistas, como Martin Heidegger, lembraram que ela poderia moldar o ser humano, que dificilmente seria o mesmo depois dessa revolução.

As denúncias surgidas após os primeiros seis meses de guerra ajudam a explicar por que morrem tantas crianças e mulheres. Muito possivelmente, os alvos não são mais apenas instalações militares ou prédios estratégicos, mas apenas pessoas. Pessoas, de um modo geral, são casadas, criam filhos, cuidam dos mais velhos que vivem em casa. É aterrador pensar que, de 20 em 20 segundos, uma família inteira irá para o espaço apenas porque o Lavender, processando os dados, apontou para elas.

No momento, o debate no Brasil se concentra nas redes sociais. O pressuposto é que palavras têm consequências e podem ser letais. A entrada da IA em cena significa muito mais. Decisões letais podem ser tomadas sem a interferência direta do juízo humano.

Nem todas as grandes promessas se cumpriram na plenitude. O Iluminismo, com sua fé na razão, acabou levando a uma desastrada tentativa de controlar a natureza. As redes sociais prometiam mais democracia, e hoje vive nelas um grande perigo para o sistema. A IA promete um mundo novo de possibilidades, mas para as crianças de Gaza é apenas o anjo da morte.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapteista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiten - leila.suwiten@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha.lopes@sp.oglobo.com.br
Segunda-Cadernos: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.cardoso@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Frédal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Bathias - bathias@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G: Vera Cavuca - veracavuca@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Calmon Filho - mailicon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático em conta-corrente ou crédito automático em cartão de crédito
(preço de seguinte ao mês vigente)
para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação de assinatura. Desconfie e jamais forneça dados pessoais. Para ser O GLOBO sem sair pela porta de casa, acesse para venda avulsa@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350 Missas, religiosos e Kinofone: (21) 2534-4033 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC MIX Papel Fonte Responsável
A marca do consumo responsável
Leia mais e fale pelo Classifone FSC
CARBON FREE